

REGIME MILITAR E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: UM BALANÇO DO CASO BRASILEIRO*

ALBERTO AGGIO**

O Brasil atravessou as três últimas décadas mergulhado em processos que, de uma forma ou de outra, marcaram o conjunto daquilo que compreendemos como contemporaneidade ocidental. Embora localizado geograficamente na periferia do mundo, pode-se dizer - com inteira justiça - que o país faz parte, à sua maneira e como singularidade expressiva, daquela "era dos extremos", de abundância e flagelo, que Eric Hobsbawm (1995) cunhou para narrar a história deste "curto" século XX.

Para além da consolidação de uma cultura nacional afirmativa, aberta ao mundo e rica em elementos de criatividade, que vão da música à literatura, passando expressivamente pelas telenovelas - uma experiência distinguível e reconhecida internacionalmente, mas que aqui não é parte da nossa atenção principal -, o que de mais significativo se registra nestas três décadas são as mudanças econômico-sociais e políticas sem precedentes na história do país. Neste período, através de um dos processos de modernização mais notáveis do planeta, o Brasil alicerçou e consolidou as bases fundamentais do seu desenvolvimento econômico, não obstante a manutenção do lastimável quadro que caracteriza a situação social da maioria de sua população. A modernização vivida pelo país nestas três décadas fez com que se agravassem velhas contradições sociais, ao mesmo tempo que engendrou outras tantas de natureza novíssima. Abarcando as antigas e também as novas contradições da sociedade que emergiu com a modernização está o fato de que a distância entre os segmentos integrados socialmente por este processo e aqueles marginalizados, numa palavra, a polarização entre ricos e pobres, tendeu ao

recrudescimento, tornando estarecedora a distribuição de renda no Brasil. Uma iniquidade social correspondente aos países mais pobres do mundo ou à situação dos países desenvolvidos, vista de alguns séculos atrás. Assim, além de consagrado, nacional e internacionalmente, por sua criatividade cultural, o Brasil também passou a ser conhecido como um exemplo de "crescimento com pobreza"¹.

Estamos nos referindo, portanto, a uma experiência particular de desenvolvimento nacional que, a despeito do seu caráter paradoxal, expressa, desde a década de 1960, taxas e ritmos expressivos de crescimento econômico, comparáveis aos mais elevados do mundo. De acordo com dados do FMI, o Brasil registrou, entre 1960 e 1989, uma taxa anual de crescimento do PIB de 6%, bastante próxima a do Japão (6,8%) e da Coreia (7,7%) e superior a dos EUA (3,2%) e Alemanha (3,6%), no mesmo período. O Banco Mundial, em informe de 1992, situa o Brasil como a maior economia, depois dos países da OCDE e da antiga URSS. Com um parque industrial estabelecido, o único ao sul do Equador configurado plenamente, cujo setor manufatureiro representa 47% da produção da América Latina, correspondendo à produção conjunta de manufaturados da Espanha, Singapura e Hong-Kong, o Brasil é, sem dúvida, o processo de modernização mais bem sucedido do Terceiro Mundo (Pipitone, 1994)².

Configura-se como consenso, na literatura que trabalhou a história brasileira recente, a interpretação que aloca na primeira década do regime militar instaurado em 1964 o momento de uma nova propulsão do processo de modernização vivido pelo país, desde a década

* Texto originalmente apresentado no Ciclo de Conferências *História y Presente de América Latina. Un debate internacional* promovido pelo Departamento de História Contemporânea da Universidade de Valência, Espanha, novembro de 1995.

** Professor do Departamento de História da UNESP - Franca - autor do livro *Democracia e Socialismo* (Ed. UNESP, 1993).

da de 1930. Nos anos cinquentas e início dos sessenta, o tema do desenvolvimento não apenas era central para os principais atores políticos e sociais, como foi enfrentado, retoricamente ou não, a partir da chave conceitual da "revolução". Esta significava, em definitivo, a mobilização das energias da nação para a superação das condições estruturais até então caracterizadas como subdesenvolvidas. Não houve continente onde isso tivesse sido tão expressivo como na América Latina. Diversos foram os projetos ou mesmo as reviravoltas políticas vivenciadas pelos latino-americanos que ficaram conhecidas como "revolucionárias". E não foram poucos os líderes políticos desta época que ganharam notoriedade e importância internacional desta maneira, basta que se mencione aqui a presidência do democrata-cristão Eduardo Frei, no Chile, entre 1964 e 1970. No Brasil, o movimento que desembocou no golpe militar de 1964 também fez justiça ao clima do tempo, ainda que de maneira apenas retórica: definiu-se como "revolucionário", no momento em que se alçava ao poder, sem que, a princípio, se soubesse de que revolução se tratava.

As forças sociais e políticas que apoiaram e orientaram ideologicamente o golpe militar de 1964 e os primeiros anos do regime deram a entender que, a partir do poder, iriam procurar afirmar no país, de maneira impositiva, o ideário do liberalismo econômico. Contudo, passados pouco mais de dois anos, a presença da corporação militar, no interior da nova coalizão governante, fez valer toda sua força e poderio, mudando a orientação a ser seguida. Retornava-se, assim, ao ideário do nacional-desenvolvimentismo que havia sido o suporte tanto ideológico quanto político-social da modernização das décadas anteriores, desde a instituição do Estado Novo de Getúlio Vargas, passando pelos *glamourosos* "anos dourados" da era Juscelino Kubitschek. A partir desta redefinição, ficou explicitado que o regime de 1964 não apenas iria manter intacto o sistema produtivo estatal, deslocando para a dimensão do mundo privado o tema do "liberalismo puro", como, ao contrário, iria intensificar fortemente a intervenção do Estado na economia, objetivando acelerar o desenvolvimento como forma de superação do atraso econômico.

Assim, vista a partir da hipertrofia da modernização desencadeada desde a década de 1930, a diferenci-

ção introduzida pelo regime de 1964 ficaria por conta da novidade dos processos societários que ensejava, em virtude da alteração promovida no interior da relação público-privado, instaurada no processo da modernização brasileira. Em termos sintéticos: a dimensão pública, que incorporava a dimensão privada no interior da ordem corporativa criada pelo Estado Novo de Vargas, passa a instrumentalizar sua presença, estabelecendo-se entre ambas as dimensões um critério de externalidade. Rompe-se com a situação anterior, redefinindo-se a dimensão pública como monopólio do Estado e liberando a dimensão privada para que esta pudesse se adensar e se afirmar como a base de uma nova sociabilidade conformada por empreendedores particulares.

Se, por um lado, este processo conseguiu um êxito significativo, liberando a racionalidade instrumental maximadora dos interesses econômicos, o que correspondia à lógica da aceleração da acumulação capitalista, representou, por outro lado, "uma verdadeira hecatombe política, ético-moral e no tecido social, aprofundando a tradicional atitude na população de indiferença à política, dificultando, pela perversão individualista, a passagem do indivíduo ao cidadão, e agravando em escala inédita a exclusão social, ao mobilizar setores subalternos do campo para os pólos urbano-industriais, onde chegavam destituídos de direitos e de proteção das políticas públicas"(Vianna, 1994b).

A escala, o ritmo, a intensidade e a magnitude das transformações que se operaram foram sem precedentes na história do Brasil, a ponto de um investigador brasileiro qualificar o que se processou como uma verdadeira "revolução", a despeito da retórica dos militares. O mesmo autor chega a definir este processo como equivalente ao do Japão, referindo-se especificamente a este país antes e depois da Revolução Meiji, na segunda metade do século XIX (Santos, 1995).

Nos vinte anos que se seguiram sob o regime militar, a morfologia da sociedade brasileira sofreu alterações significativas e de uma forma bastante acelerada: a população se deslocou para as cidades grandes e médias, transformando a estrutura demográfica do país, que passou de rural a urbano (em 1960, 55% da população era rural; em 1980, a população urbana alcançou 67%, enquanto o crescimento vegetativo da

década de 1970 tendeu à queda); a industrialização sofreu um impulso significativo, especialmente nas cidades do sul e sudeste; o setor de serviços e a infraestrutura ampliaram-se, facilitando a integração regional; o sistema educacional foi reformulado, ampliando as possibilidades de acesso à população; enfim, o país se reestruturou, tornando-se uma sociedade imensamente mais complexa do que aquela que havia sido nas décadas precedentes (Santos, 1995).

Não há como deixar de caracterizar todo este processo, seguindo de perto Luiz Wembeck Vianna (1994a), como um "esforço agonístico de aceleração do desenvolvimento econômico", garantido através de um comportamento típico da tradição do autoritarismo brasileiro. O regime militar conseguiu realizar esta estratégia pela via do pragmatismo, mantendo intacto o bloco agrário-industrial, induzindo a conversão dos latifúndios em empresas capitalistas e consagrando "o processo de criação de uma sociedade industrial de massas à americana", sem realizar alterações significativas na forma do Estado. Mas a mudança fundamental resultou da liberação dos instintos egoísticos da sociedade civil, como se afirmou acima. Através dela, atualizou-se o "processo transformista da democratização, universalizando os direitos sociais e erodindo as bases tradicionais de controle, principalmente no campo, mas sem estimular a emergência do cidadão e sem compromisso com as práticas e ideais da democracia política".

Na história recente do país, o regime militar representou um extraordinário movimento de "fuga para frente" que "revolucionou" profundamente a sociedade brasileira, sem decapitar a experiência modernizadora anterior, levando, ao contrário, até ao paroxismo o caminho que vinha sendo seguido. O tempo da modernização conservadora não iria ser, assim, uma criação dos militares de 1964. Após vinte anos de regime militar, a sociedade que emerge é inteiramente outra, e em certo sentido, descontinua com a existente antes do golpe militar de 1964. Os novos seres sociais gerados no processo de modernização conservadora induzido pelo regime militar, inclusive pelos êxitos dos programas econômicos implementados, tornavam pretéritas as formas tradicionais de controle social como as do senhorio rural e do sindicalismo tutelado nascido na década de 1930. Não houve dimensão ou setor da

sociedade brasileira que não tenha sido, de cima a baixo, afetado por esta mudança, a partir de finais da década de 1970 e início da década de 1980.

Em consequência, o ocaso do regime militar derivou tanto do esgotamento dos mecanismos de controle social que lhe davam substrato, obrigando-o a instaurar uma perspectiva de auto-reforma, quanto da oposição interna das novas elites econômicas e do novo sindicalismo de base operária. Isto andou em paralelo com os processos internacionais de imposição de um novo padrão produtivo e tecnológico, que questionava cada vez mais a lógica autárquica do nacional-desenvolvimentismo assumido pelos militares. Assim, sociologicamente, as bases de sustentação do regime militar ruíram precisamente em virtude do êxito das transformações que foram operadas, deixando margem para um processo politicamente manobrado que seus estrategistas chamaram de "distensão" ou "abertura" (Mathias, 1995).

Há, portanto, dois aspectos fundamentais que devem ser retidos para uma melhor compreensão da particularidade da transição para a democracia no Brasil. Uma dupla dimensão, percebida no correr da dinâmica política, que, do nosso ponto de vista, passa a se configurar como importantíssima para que a transição democrática no Brasil possa ser pensada concretamente e não através de perspectivas normativas e abstratas, que comumente assolam a ótica de alguns cientistas políticos. Trata-se do diagnóstico de que a transição brasileira inicia-se e está condicionada a uma dinâmica que corta as dimensões tanto do *projeto* quanto do *processo* de liberalização ou abertura do regime (Vianna, 1983 e 1984).

O projeto, que envolvia a perspectiva de institucionalizar a ordem autoritária, era a um só tempo defensivo e inibidor e constituía-se no que se caracterizou à época como uma "auto-reforma" do regime. Por outro lado, uma vez em curso, o processo de liberalização, ainda que gradual, assumiria uma lógica ofensiva e emergente, apontando para a ruptura com os mecanismos da modernização conservadora, transbordando os limites políticos e institucionais impostos pelo projeto de "distensão". Como diria enfaticamente Luiz Werneck Vianna, em 1985, uma vez conquistada como processo político, "a transição não se resume a garantir instituições políticas democráticas. Ela é isto e

mais a via de reformas substantivas no campo econômico e social que rompe com a modernização reacionária", dado que "suscita uma dinâmica onde se define um novo padrão de reprodução social para uma nova ordem burguesa"(Vianna, 1986).

Nesta leitura, a transição democrática no Brasil, para se constituir como tal, deveria afirmar-se como antagonica ao projeto de auto-reforma do regime autoritário, ainda que tivesse que trilhar o caminho institucional imposto por este. Não admitir esta hipótese seria levar a sociedade civil à impotência política, rebaixando o problema da transição ao plano da pura formalidade³. Para a sociedade brasileira, a transição somente se conformou numa conquista, quando os principais atores oposicionistas passaram a compartilhar minimamente o entendimento de que o substantivo, na transição brasileira, não era a forma de passagem do autoritarismo à democracia, desde que estivesse garantido o programa de abertura de um cenário que possibilitasse sua orientação rumo a um desafio maior: o de concebê-la como um processo em construção, a necessitar de atores à altura de suas circunstâncias, limites e esperanças. A partir deste momento, somente uma postura canhesta e ideologicamente alinhada ao conservadorismo poderia conceber a transição como um processo linear, como pura continuação, trânsito negociado, sem conseqüências, entre autoritarismo e democracia.

Talvez um dos estudiosos brasileiros que percebeu com maior clareza tanto a instalação do projeto de "abertura" do regime militar, quanto todos os esforços deste para impedir que a sociedade civil o transformasse num processo de transição à democracia, tenha sido o cientista político Bolívar Lamounier. A análise da transição democrática brasileira presente em seus trabalhos pauta-se marcadamente pela vinculação da abertura política no país ao processo eleitoral. Para este autor, o início da transição emerge sem nenhum marco nítido, nenhuma ruptura dramática, como na Espanha, onde a morte de Franco impôs um corte claro com o passado, ou na Argentina, onde a Guerra das Malvinas levou o último governo militar a um completo colapso. No Brasil, a "descompressão autoritária" dar-se-ia no curso de "um relaxamento progressivo dos controles" e através de uma "gradativa

redistribuição do poder, impulsionada e monitorada pelo calendário eleitoral" (Lamounier, 1990).

A opção por um novo caminho de legitimidade para o regime, a partir do governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), prende-se ao fato de que o chamado "milagre econômico", do início da década de 1970, dava claros sinais de exaustão. Diante do impasse de haverem se esgotado as condições engendradas pelo "milagre econômico", o círculo dirigente militar se viu forçado a encontrar "uma nova 'doutrina' e uma nova materialização político-institucional" para o regime ou, ao contrário, redefinir o seu próprio papel e assumir a condução de um projeto identificado com os anseios, antes reprimidos, de normalização institucional. Assim, se no início da década de 1970, o processo eleitoral assumia contornos tragicômicos, poucos anos mais tarde, ele se tornaria um dos instrumentos - talvez até o principal - que auxiliaria no rompimento do monolitismo autoritário (Lamounier, 1980).

A revalorização das eleições, dos partidos e do poder legislativo assumiu, portanto, um sentido bastante claro: a utilização, pelo regime militar, "de uma válvula de escape cuidadosamente preservada para a eventualidade da erosão da sua legitimidade". No entanto, a adoção desta opção abriu os espaços para a participação política da sociedade civil. Isto acabou gerando um outro impasse: juntamente com o fato de ter assumido o papel de condutor da abertura política, o governo militar procurou retardar o quanto pôde o processo de transição.

Como observou Lamounier, assustados com o caráter "plebiscitado" que assumiram as eleições de 1974, com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) aumentando significativamente a sua representação na Câmara e no Senado, os militares optaram por fragmentar a oposição, levando a cabo - em 1979 - a reforma partidária que restabeleceu no país o pluripartidarismo. De maneira hábil, o regime militar usou de mecanismos bastante flexíveis para controlar a estrutura político-institucional, de acordo com as suas necessidades e com a situação conjuntural. A nova legislação partidária de 1979, por exemplo, exigia uma representação e uma organização mínima, em estados e municípios, para que os partidos pudessem eleger candidatos. Em 1981, impôs-se também a vinculação do voto, pressionando os partidos pequenos - até então

marginalizados - a apresentarem candidatos, o que dificultava a política de alianças e o fortalecimento da oposição. Com estas artimanhas, os militares visavam garantir uma maioria governista, que possibilitasse uma caminhada "lenta, gradual e segura" rumo a uma nova institucionalização, garantindo mais tarde, em 1985, a eleição no Colégio Eleitoral de um candidato civil, "confiável" ao regime (Lamounier, 1986).

Para a sociedade, o caminho para a superação do regime permaneceu sendo o processo eleitoral e o MDB tornou-se, por esta razão, o maior beneficiário desse processo, a partir de 1974. Este o outro grande paradoxo da abertura no Brasil: a moldura bipartidária imposta, em 1965, acabou sendo o arcabouço para mudanças que levaram a um sensível avanço no que se refere ao desenvolvimento político-partidário e que, por extensão, produziu a gestação do embrião democrático que se tornaria a bandeira de uma parcela relevante da sociedade brasileira, a partir de meados da década de 70. Houve um atenuamento dos componentes anti-partidários da nossa cultura política, facilitando uma maior aproximação da sociedade civil e dos meios intelectuais, condição de fundamental importância para uma mudança projetada a médio prazo. Esses avanços somente se concretizaram a partir do declínio da legitimidade autoritária, após a vitória eleitoral do MDB, em 1974, o que acabou por aumentar os espaços de atuação oposicionista.

Nesta análise, a transição brasileira é vista como "um processo implicitamente negociado", capaz de reduzir os custos da descompressão no que se refere à violência política, "mas que ao mesmo tempo levou ambigüidades graves ao primeiro governo civil, dificultando a sedimentação da nova legitimidade" (Lamounier, 1990). De fato, depois de um longo processo de embate de forças, no qual o regime era colocado "em xeque" a cada eleição, das sucessivas vitórias da oposição nas eleições parlamentares e para governadores de Estado, da derrota no Congresso Nacional da emenda constitucional da eleição direta para a Presidência da República, antecedida pelo maior movimento cívico da história política brasileira (*Diretas Já*); enfim, depois de 10 anos de batalha política, em 1985, a eleição de um candidato civil no Colégio Eleitoral somente seria possível através de uma coalizão ampla e heterogênea (a Aliança Demo-

crática), composta inclusive de lideranças políticas que muito recentemente haviam abandonado o regime. Este fato fez aumentar ainda mais a sensação de conciliação e de gradualismo diante dos anseios da população, que esperava por mudanças rápidas e profundas.

Entretanto, pode-se perguntar: poderia ter sido diferente? A resposta não teria porque não ser afirmativa. Contudo, a política da transição, isto é, dos atores políticos e sociais que lutaram por sua conquista, trabalhava com o seguinte entendimento: o decisivo era a obtenção da democracia política numa sociedade como a brasileira. Somente a partir das transformações institucionais e sócio-econômicas que ela desataria, seria possível afirmar um caminho de ruptura democrática com a ordem social imposta pela modernização conservadora. O significado desta ruptura somente poderia ser o de instaurar um processo contínuo, permanente e progressivo de democratização da vida social e da própria política. Nesta leitura, ainda que interseccionados e sem solução de continuidade, a transição compunha um termo e a democratização outro, sendo o segundo, objetivamente, subordinado ao primeiro: a política da transição tinha como seu elemento fundante, originário, heurístico, a conquista de uma institucionalidade política democrática e esta - possível apenas com a queda do regime militar - não viria como resultado da lei da gravidade aplicada à política. Após a derrota parlamentar da emenda que propugnava eleições diretas para a Presidência da República, o entendimento de que o Colégio Eleitoral que iria eleger o novo presidente poderia, além do plano formal, representar uma instância decisória, configurava um equívoco de avaliação política. Ele seria tão somente - como se comprovou na prática - "homologatório da vontade antes expressa pela sociedade através dos seus partidos, personalidades, instituições e movimentos sociais" (Vianna, 1984).

A vitória de Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, na eleição indireta do Colégio Eleitoral, iniciando a chamada "Nova República", foi o resultado de uma escolha política: a de definir que a hora da transição era aquela, sem ruptura na forma do político, obtida através da composição de uma ampla e heterogênea aliança política, composta, inclusive, de lideranças vindas do antigo regime. É importante frisar que este movimento não se afirmou em oposição à genera-

lizada pressão da oposição democrática, de seus movimentos sociais e da opinião pública.

Não havia dúvida de que, na base desta escolha, encontrava-se o problema da descontinuidade em relação ao antigo regime. A derrota do regime militar no Colégio Eleitoral não poderia ser concebida e, de fato, não se constituiu na conquista da democracia, entendida como conclusão da transição. Muito ao contrário, o problema principal do governo de conciliação nacional, que emergiu do Colégio Eleitoral, era estabelecer uma lógica de movimento da transição rumo à ruptura com a institucionalidade do antigo regime que implicava, dentre outras coisas, redesenhar a regulação democrática do direito de greve, democratizar o acesso à propriedade da terra e, especialmente, imprimir à coalizão governante, assentada no centro político, uma "clara conotação democrática e reformista em matéria econômico-social". Este era o novo desafio aberto à transição, uma vez conquistado o governo pelas forças democráticas: a "Nova República" ou se definia como descontinua ao regime militar e abria o campo para a ruptura democrática ou, ao contrário, seria caudatária do velho regime e redundaria no seu inverso (Vianna, 1986).

A partir da instalação do primeiro governo civil, sabia-se que o problema maior adviria antes dos problemas da sua própria conformação do que de uma resistência entrincheirada do velho regime (Lamounier, 1986). Ainda assim, não é difícil conferir alguns êxitos ao governo da Aliança Democrática, todos no plano político. Em primeiro lugar, a aprovação da nova Constituição, em 15 de outubro de 1988, resultado dos trabalhos de um Congresso Constituinte, que reinstaurou as prerrogativas do Legislativo e reafirmou inúmeros direitos sociais aos trabalhadores. A aprovação final do texto constitucional, com elevado índice de consenso entre os parlamentares e uma ampla oportunidade de influência por parte de setores organizados da sociedade, "por si só representou um importante passo no sentido da estabilização" (Lamounier, 1990). A Constituição de 1988 passou a fornecer os parâmetros estáveis para a continuidade do processo democrático e, por isso mesmo, em virtude dos direitos sociais e políticos que garante, não é desconhecida a resistência das elites econômicas ao texto constitucional. Em segundo lugar, a "Nova República"

possibilitou a criação de um clima de liberdades políticas jamais visto na história do país, superando, inclusive, um dos problemas mais graves das transições democráticas, isto é, o problema militar, a transição democrática, no Brasil; não apresenta déficit nesta dimensão. Por fim, com a instalação de um governo de ampla coalizão, foi possível garantir o retorno das eleições diretas para a Presidência da República, depois de 29 anos.

Por todas estas razões, parecem-nos inteiramente injustificadas as avaliações que imputam um caráter conservador à transição brasileira, em virtude da imposição do calendário eleitoral do regime militar e, conseqüentemente, do ritmo "lento, gradual e seguro", lema da "distensão" desde 1974. Lenta e negociada, sim; gradual, também; mas revelou-se inteiramente inovadora frente ao projeto de auto-reforma do regime militar, que pretendia uma ordem autoritária reformada, aliás, com o apoio de inúmeros segmentos das elites, que foram forçados a mudar sua avaliação e comportamento. Como dissemos, o regime militar colocou em prática o seu projeto de "descompressão" ou "distensão", mas fez de tudo para que a sociedade não o transformasse no que veio a ser o processo da transição.

Outra alegação desprovida de propósitos e sumamente ideológica para caracterizar a transição brasileira como de perfil conservador é a de que ela foi feita "pelo alto", sem a participação popular. Esta alegação está vinculada à imaginação doutrinária que concebe a política como derivada integral e estritamente da movimentação social. No interior desta postura jacobina, tal alegação desrespeita os fatos: não haveria a eclosão e emergência do novo movimento operário e sindical (especialmente no ABC paulista), com suas greves de massa de 1978, 1979 e 1980, sem a vitória eleitoral do MDB em 1974; assim como não haveria o movimento das *Diretas Já* sem a vitória eleitoral para os governos estaduais em 1982, depois do recrudescimento de ações terroristas da direita, objetivando cancelar estas eleições e todo o processo de transição. Ao contrário, foi precisamente a política da transição que rompeu a distinção que os militares queriam impor entre "liberalização" e "democratização". Ampliar a progressiva e limitada liberação de informações, bem como a liberdade de expressão, manifestação e parti-

cipação e, com isso, conquistar gradativamente parcelas de poder no plano legislativo e executivo foram elementos centrais do programa da transição. Contradita os fatos a avaliação feita por Weffort (1984) de que o processo eleitoral representava meramente "um sentido simbólico e não de efetiva renovação do poder".

O tema da participação popular é, para Weffort, toda a medida para caracterizar a transição brasileira. No fundamental, a questão foi sempre a de que a transição não desafiava o poderio da burguesia brasileira. Weffort afirma que esta parcela da sociedade, sendo a base "de um projeto tão tradicional quanto elitista de 'conciliação nacional'"(1984), não tinha nenhum interesse em alterar o projeto de abertura do regime militar e fez com que a transição se processasse com uma notável continuidade. Para ele, a questão do contínuismo foi uma escolha política e representou um compromisso entre moderados de ambos os lados, o que se refletiu posteriormente na timidez das reformas empreendidas pelos atores políticos da "Nova República"(Weffort, 1992). O fato da sucessão de 1985 ter se apoiado no regime militar e se pautado pela hegemonia liberal e conservadora implicou, segundo Weffort, um horizonte muito limitado de possibilidades, pensando-se em termos de perspectivas democráticas.

Este também foi o entendimento do cientista político argentino Guillermo O'Donnell (1988). quando aplicou o modelo das duas transições no Brasil. São bastante conhecidas suas análises dos processos de transição na América Latina: o que ele chama, a grosso modo, de primeira transição, é o processo de conquista de um governo democrático, seguido pela segunda transição, ou seja, pelo processo de consolidação da democracia. Para este autor, a segunda transição, correspondente, no caso brasileiro, à "Nova República", estaria congelada ou estagnada, em virtude das enormes resistências da burguesia e do pesado lastro das grandes continuidades políticas. Imerso num plano analítico formal, O'Donnell se pergunta se isto seria "menos pior que a violenta e abrupta regressão, autoritária". Para ele, concordando com Weffort, a transição havia se estagnado num arranjo reo-oligárquico, muito distante de uma "democracia republicana", definição de um regime de democracia consolidada.

Pois bem, em nossa perspectiva, os dilemas da transição brasileira não foram e não são propriamente aqueles apontados por Weffort e O'Donnell. Não se pode perder de vista o que se passou no plano das relações que vincularam a transição e seus atores políticos, a partir da instalação da chamada "Nova República". Como já dissemos, é equívoco o argumento de que, a partir da vitória no Colégio Eleitoral, em 1985, ou da promulgação da nova Carta Constitucional de 1988, ou da realização das eleições diretas para a presidência da República, em 1989, a transição estaria consumada e, mais ainda, que seu caráter fosse taxativamente conservador. Muito ao contrário, o cenário brasileiro era basicamente o de ascensão e participação popular. Durante toda a década de 1980, assistiu-se a manifestações de descontentamento, luta pela redemocratização, comícios gigantescos e uma alegria inventiva das massas urbanas jovens, cuja energia jamais havia sido vista em todo período pós-guerra. Na arguta observação da economista Maria da Conceição Tavares (1991), o Brasil destes anos complicou a avaliação tanto da direita, quanto da esquerda: ele já não era mais o Porto Seguro das elites e tampouco a Estação Finlândia das ilusões das esquerdas.

Ainda que inteiramente residual, no conjunto das interpretações correntes sobre a transição, o fato é que a explicação para o seu alongamento e conseqüente indefinição não pode deixar de levar em consideração que as forças políticas e sociais de inspiração democrática atuantes na resistência e em oposição ao regime militar cindiram-se precisamente no momento em que se conquistou, em 1985, um governo de transição. A fratura das correntes democráticas deu-se em virtude da aposta que opunha *ruptura à transição*. Aqueles que se postaram pela ruptura, vislumbrando um processo de ascenso dos movimentos sociais, entenderam que era incorreta sua adesão política ao governo da Aliança Democrática. Este setores estiveram articulados em torno do Partido dos Trabalhadores (PT), nascido do novo sindicalismo operário, e avançaram em representatividade e prestígio proporcionalmente aos tropeços do governo da "Nova República". Aos outros, que se postaram pela transição, basicamente articulados em torno do PMDB, que albergava uma parcela da esquerda de extração comunista, a opção era por um *novo transformismo*, que apostasse na

valorização da democracia e de uma via de reformas que conduzisse a uma ruptura democrática.

Cristalina a disjuntiva, os primeiros postando-se pelo social, os segundos pelo político, dissociam-se ferreamente estas duas dimensões fundamentais na política da transição. Assim, antes de conservadora, antes de estagnar-se, a transição à democracia no Brasil, a partir do estabelecimento desta disjuntiva, passou a se constituir num "movimento pelo movimento", num "processo sem sujeito" (Vianna, 1989), avançando "mais pela lógica *dos fatos* do que pela ação concertada de um projeto de ator" (Vianna, 1994a).

Nestas circunstâncias, o cenário político para a ação tornou-se cada vez mais labiríntico, com aqueles que se opunham à transição, à esquerda ou à direita, atuando com o objetivo de cancelá-la, sem que se estabelecesse no país um regime de direitos, com instituições mediadoras de conflitos que a todos obrigasse. O resultado não poderia ser mais paradoxal: quanto mais "avançava" a transição, mais os atores responsáveis por ela perdiam legitimidade e representação na sociedade; *contrario sensu*, ampliavam-se, num ritmo bastante veloz e com enorme desenvoltura, as bases para a ação dos atores refratários à política e ao governo da transição.

Além das razões políticas, este processo tinha suas raízes nas mudanças que a sociedade vinha sofrendo, desde o regime militar. Como apresentamos acima, a modernização acelerada conduzida pelo regime militar colocou em movimento velhos e novos seres sociais do mundo subalterno. Sua luta por interesses próprios e autônomos, legitimados pelo mundo da economia e convertidos em direitos de cidadania, acabou por se configurar como uma verdadeira ruptura societária, que atingiu também o plano da cultura política da tradição republicana. Este resultado não previsto do regime militar, esta "democratização toquevilliana" do país, ou melhor, esta conversão da americanização de um movimento vindo *de cima* para um impulso transformador vindo *de baixo* (Vianna, 1994a), era o enigma que necessitava ser desvendado para que pudesse predominar um pouco mais de *virtu* na ação prática dos atores políticos que passaram a representar os interesses dos setores subalternos, em franca e

aberta contestação à opinião democrática, que carrou energias para o governo da Nova República.

No entanto, esta "revolução de interesses" não ocorreu apenas na base da sociedade. Dentre os novos personagens que nasceram com a aceleração da modernização promovida pelos militares estão os novos segmentos da ordem privada que, no momento da transição, atuaram no sentido de ajustar suas contas tanto com a forma de Estado quanto com a tradição republicana. Se do mundo popular, especialmente dos trabalhadores, vinha a crítica à tutela sindical, instituto de controle imposto pelo regime de Vargas, do mundo empresaria! emerge a crítica à prevalência do público sobre o privado, ao organicismo imposto ao capitalismo brasileiro pelo Estado, ao mitigamento ético do lucro e da razão econômica como valor a ser legitimado socialmente. Num outro plano, esta concepção empresarial visava desvincular a questão social do aparelho de Estado e entregá-la inteiramente ao mercado, rompendo com os institutos sociais favoráveis aos trabalhadores. O rebaixamento da transição à temática estrita do Estado, como uma "transição do Estado" conduzida à base da contraposição ideológica entre neoliberalismo e nacional-desenvolvimentismo foi, em todo este processo, uma temática burguesa, central para a atualização da sua ordem⁴. Aí residiu outro grande problema na composição da coalizão democrática: diversos dos seus segmentos trabalhavam com a perspectiva de uma reforma do Estado, visando ampliar seu caráter público e submetê-lo ao controle da sociedade.

Desta forma, para além das "aporias" da chamada "segunda transição", que segundo O'Donnell (1988) estagnava-se em virtude do que ele entendia como uma "aliança de todos com todos, ou quase todos", a transição democrática real vivia, no final da década de 1980, uma forma de "suspensão", abandonada a um curso errático, sem ator ou coalizão que a sustentasse. Aliás, o equívoco de avaliação presente na interpretação de O'Donnell torna-se bastante expressivo se observarmos o destino da noção de *pacto*, social ou político, nesta conjuntura. Ao contrário da grande coalizão conciliadora que a todos (ou quase todos) abarcava, o que se processou neste momento foi um *desdobramento* do legítimo e democrático "levante do interesse" contra o Estado autoritário (Vianna, 1989),

expresso na disjuntiva "situação versus oposição" que caracterizou a resistência ao regime militar. Tal contraposição reproduziu-se quase que automaticamente nesta conjuntura, sendo que, ao invés da democracia ser mantida como o tema principal da clivagem, afirmou-se como definidora do embate contra o novo governo a problemática do interesse, tanto dos *de cima* como dos *de baixo*.

O alvo principal do ataque passou a ser o Estado e as forças do centro político que enfrentavam, a partir de 1985, a tarefa de democratizá-lo. Esta era a forma de se definir o eixo central de recomposição da ordem burguesa. A esquerda majoritária, representada no Partido dos Trabalhadores, atuou neste processo como se este programa fosse o seu. Postou-se, por todo tempo, em antagonismo à coalizão de forças que trabalhou pela transição, afirmando a democratização social como substância e a democracia política como pura formalidade, impossível de se constituir como núcleo central de sua política. Por ser assim, depois de não subscrever a Carta de 1988, que garantia e ampliava direitos sociais, não considerou nem por um momento a hipótese de construir uma coalizão de centro-esquerda para recompor as forças democráticas e retomar a direção da transição. O resultado foi o alongamento cada vez maior desta, com a crescente e perversa dissociação entre a democracia política e processo de democratização.

Não há como deixar de concluir que este era o "melhor dos mundos" para as forças da conservação ou da reformulação da ordem burguesa. Com o passar do tempo, mais precisamente a partir do governo Collor e do desastre que ele significou, tais forças acabaram por compor um único bloco e um mesmo programa. Serão elas que darão base e sustentação à candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira), que em aliança com um dos partidos nascidos da crise do regime militar, o PFL (Partido da Frente Liberal), serão as forças vitoriosas nas eleições presidenciais de 1994.

A conclusão da transição, postulada nesta hora de predomínio conservador, poderá assumir uma feição extremamente favorável à coalizão de centro-direita que foi alçada ao poder. Por esta razão, a via de "transformismo fraco", exigindo racionalização, regu-

lação, disciplina social, representação estrita e ordenada e uma reforma ético-moral, configura-se como uma aposta para consumir a transição à democracia no Brasil. Uma aposta que caracteriza os temas da participação como politização em excesso e os da democratização social como expressão política do primitivismo selvagem dos interesses dos subalternos. A possibilidade de consolidação da democracia estaria, nesta leitura, no diagnóstico de que se o americano já é, entre nós, de natureza autóctone e se afirmou no processo de transição como expressão das lutas pela conquista de direitos livres de cidadania, de livre associação sindical e política, de livre comunicação, de democratização do acesso à terra e de defesa da esfera pública, ele necessita, neste momento, de ser submetido a uma nova síntese, que não pode se apresentar em linha de continuidade com o "transformismo ativo" da tradição republicana que modernizou o país (Vianna, 1995). Em consonância com o novo padrão produtivo da chamada revolução tecnológica e comunicativa, que afeta principalmente a dimensão do emprego no mundo, será necessário demonstrar que o ímpeto americano da democratização social à brasileira esbarrou em limites estruturais.

A reestruturação da ordem burguesa no Brasil aparece, portanto, em linha direta de contestação tanto da "americanização vinda de cima", da qual faz parte o regime militar e tudo o que ele mobilizou autoritariamente para acelerar o desenvolvimento econômico, quanto da "americanização vinda de baixo", que se reveste da democratização social que se iniciou no regime militar e se voltou contra ele e toda a tradição autoritária do capitalismo brasileiro, através da conquista política do processo de transição. Neste momento, a conclusão da transição pode muito bem significar o cancelamento da ruptura que ela anunciou, coroando este longo ciclo da história do Brasil através de uma nova modalidade de "revolução passiva", reordenadora do país à imagem e semelhança da sua - agora - autônoma, impetuosa e moderna classe burguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Fernando Henrique & KOWARIC, Lúcio(org.), *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*, São Paulo, Edições Loyola, 1975.

- HOBBSAWM, Eric J., *A Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LAMOUNIER, Bolívar (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*, São Paulo, IDESP/ Ed. Sumaré, 1990.
- LAMOUNIER Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática - o caso brasileiro*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.
- LAMOUNIER Bolívar, *Voto de desconfiança - eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979*, Petrópolis, Editora Vozes. 1980.
- MATHIAS, Suzeley Kalil, *Distensão no Brasil - o projeto militar (1973-1979)*, Campinas, Papirus, 1995.
- O'DONNELL, G., "Transições, continuidades e alguns paradoxos" e "Hiatos, instituições e perspectivas democráticas" in Reis, F. W. & O'Donnell, G. (org.), *A Democracia no Brasil - dilemas e perspectivas*, São Paulo, Editora Vértice, 1988.
- PIPITONE, Ugo, *La Salida dei Atraso: un estudio histórico comparativo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- PRZEWORSKI, Adam, "Como e onde se bloqueiam as transições para a democracia" in Moisés, J. A. & Albuquerque, J. A. G. (org.), *Dilemas da Consolidação Democrática*, São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- SALLUM JR., Brasília "Transição política e crise de Estado" in *Lua Nova*, n. 32, 1994, pp. 133-167.
- SANTOS, Wanderley Guilherme, "A 'Pós-Revolução' Brasileira" in Jaguaribe, Hélio et ai. *Brasil: sociedade democrática*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1985.
- SOLA, Lurdes (org.). *Estado, Mercado e Democracia*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1993.
- TAVARES, Maria Conceição, "Economia e Felicidade" in *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 30, junho de 1991.
- VIANNA, Luiz Werneck, "O problema da cidadania na hora da transição democrática" in *Dados*, n. 26 (3), Rio de Janeiro, IUPERJ, 1983.
- VIANNA. Luiz Werneck, "O Candidato de Conciliação Nacional" in *Presença*, n. 04, São Paulo, Caetés, Agosto/Outubro, 1984.
- VIANNA, Luiz Werneck, Luiz, "Identidade Política e Transição" in *Presença* n. 06, São Paulo, Caetés, outubro de 1985.
- VIANNA, Luiz Werneck, "A Nova República e a Transição: entre o antigo regime e a novíssima República", *Folha de São Paulo* (Folhetim), 05.11.1986.
- VIANNA, Luiz Werneck, "Seis teses sobre a conjuntura da transição" in *Presença*, n. 13, 1989.
- VIANNA, Luiz Werneck, "Entre um transformismo e outro: problemas da refundação republicana" in *Agenda de Políticas Públicas*, n. 05, IUPERJ. fevereiro de 1994, pp. 07-13.
- VIANNA, Luiz Werneck. "1964" in *Estudos - Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, UFRRJ, junho, 1994, n. 02, pp. 07-10.
- VIANNA, Luiz Wemeck, "O Coroamento da Era Vargas e o Fim da História do Brasil" in *Dados*, vol. 38, n. 01, 1995, pp. 163-172.
- WEFFORT, Francisco, *Por que democracia?*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.
- WEFFORT, Francisco, *Qual democracia?*, São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

¹ A primeira vez que esta expressão apareceu na literatura sociológica brasileira foi para caracterizar particularmente a explosão de crescimento vivida pela cidade de São Paulo no início da década de setenta. Trata-se de uma pesquisa coordenada por Lúcio Kowaric e Fernando Henrique Cardoso (1975), publicada com financiamento da Igreja católica de São Paulo. A expressão consagrou-se também por identificar as características da "modernização conservadora" que se processava em todo o país.

² Ainda que o autor chame atenção para a "ilusão estatística" presente nestes índices, os dados são inquestionáveis. Pipitone explica historicamente o paradoxo brasileiro através dos desequilíbrios estruturais setoriais e regionais, resultantes das contradições do processo de modernização, alimentado por uma estrutura de traços oligárquicos, que afetou profundamente a composição social da demanda. Para Pipitone, "...o crescimento econômico e os desequilíbrios sociais e regionais avançam simultaneamente, sem que o crescimento elimine tais desequilíbrios ou estes anulem definitivamente aquele" (...) "Nos anos oitenta, o Brasil paga, de uma vez por todas, o custo de um esforço de desenvolvimento fundamentalmente desequilibrado" (p.347 e 350)

³ A este respeito Przeworski, 1989. Precisamente ao contrário do entendimento que temos, para este autor a abordagem derivada da temática da modernização conservadora para trabalhar as transições configura-se como "irrelevante, não só por seu empinismo, mas principalmente por sua impotência política"(p.20).

⁴ Esta parece ser a perspectiva, mas não a crítica, que aparece em Sallum Jr., 1994. Para um aprofundamento no interior desta visão pode-se consultar também Sola, 1993.